



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Processo n.º E-07/002.16059/14
Data: 28/11/2014 Fls. 126
Rubrica
ID:

PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

Parecer n.º 14/2019-ABA

Processo: E-07/002.16059/2014

Manifestação da Procuradoria do INEA. Desatendimento às Notificações lavradas pelo INEA. Empresa que vem realizando atividades em imóvel não licenciado. Sugestão de vistoria *in loco* a fim de efetuar autuação e aplicar as medidas cabíveis.

Sr. Dr. Procurador,

I. RELATÓRIO

Em 28/11/2014, a partir de requerimentos de Efraim Comércio e Serviços Ltda., com vistas à obtenção de anuência ambiental para as atividades de (i) higienização de reservatórios de água e (ii) dedetização e controle de vetores em imóvel localizado na Rua Silva Drumond, n.º 181, casa 01, no município de Carapebus, Centro/RJ, foram instaurados, respectivamente, os processos administrativos de licenciamento ambiental E-07/002.16061/2014¹ e E-07/002.16059/2014, sendo este o objeto do presente parecer.

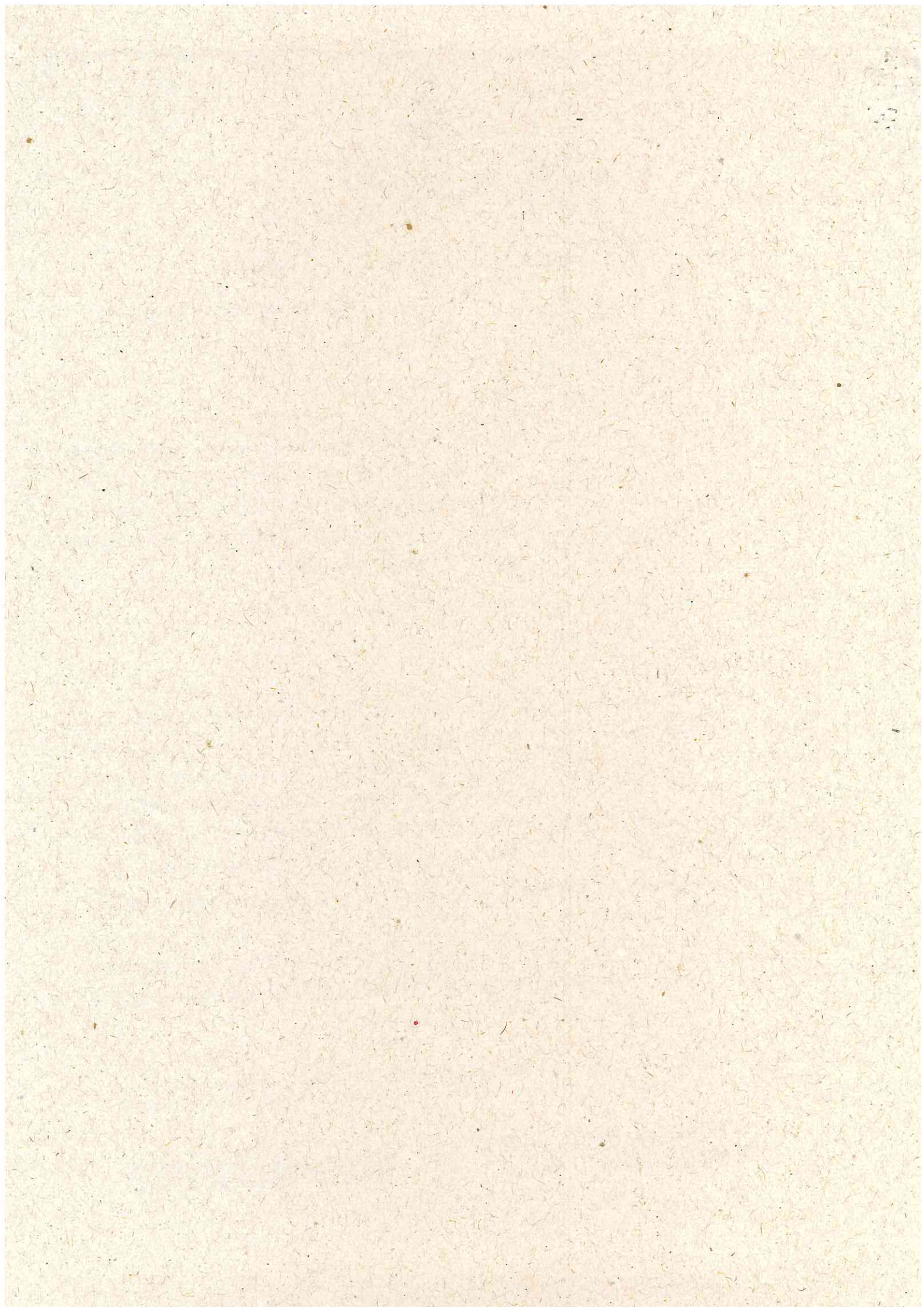
Nesse sentido, em 29/05/2015, este Instituto lavrou o Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada n.º SUPBAP 027/2015, por meio do qual se posicionou favoravelmente à concessão licença (fls. 79/85). Com efeito, o INEA emitiu, em 13/07/2015, a LAS n.º IN031100 para realização das atividades de controle e combate a insetos e

¹ No bojo do processo E07/002.16061/14, a empresa obteve o CRH n.º IN031230 para realização das atividades de limpeza e higienização de reservatórios de água, na Rua Silva Drumond, 181, casa 01, Centro, Carapebus/RJ.



inea instituto estadual
do ambiente

Av. Venezuela, n.º 110, sala 224, Saúde, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20081-312, www.inea.rj.gov.br
Tel: 2334-9431 / Fax: 2334-9423, procuradoria@inea.rj.gov.br / inea.proc@gmail.com





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

instalações se encontravam em obras, não havendo condições para realização de qualquer atividade no local.

Com base no referido RV 035/2018, a empresa foi notificada a (i) incluir em seu CNPJ as atividades de limpeza de reservatórios e controle de vetores e pragas urbanas; (ii) regularizar o uso do poço, mediante requerimento de Certidão Ambiental de Uso insignificante ou comprovação que se enquadraria na Res. INEA 84/14 (Notificação n.º SUPMANOT/01089922 – fl. 114).

Com efeito, outra vistoria foi realizada no empreendimento em 11/04/2018, ocasião em que se verificou que a empresa teria concluído as obras no local do empreendimento (Relatório de Vistoria n.º 106/2018 – fl. 115/118).

Contudo, em vistoria datada de 10/09/2018 – ou seja, 05 (cinco) meses após a última fiscalização -, foi constatado que o imóvel se encontrava fechado. Tendo em vista que a empresa estaria entregando regularmente os Relatórios de Acompanhamento das Atividades das Empresas (“RAAE”), sugeriu-se a vistoria em outro imóvel do proprietário, localizado em Macaé (fls. 119/120).

Assim, em 30/10/2018, o órgão ambiental procedeu à vistoria do referido imóvel, residência do proprietário, e foi surpreendido diante da constatação de que a empresa se encontrava de fato realizando as atividades da LAS n.º IN031100 naquele local (bem como as atividades de limpeza e higienização de reservatórios de água, referentes ao processo E-07/002.16061/2014 – CRH n.º IN031230), e não nas instalações autorizadas pela licença, no Município de Carapebus (Relatório de Vistoria n.º 430/18 – fls. 121/122).

Na ação de vistoria, verificou-se que, em frente à residência, encontrava-se um veículo da empresa, que aparentava ser utilizado como um depósito de produtos pertinentes às atividades. Ao serem atendidos pelo próprio Sr. Alessandro, proprietário da residência, as agentes técnicas, através da verificação de equipamentos, produtos vazios utilizados na atividade, macacões sujos, computador e quadro indicando serviços agendados, puderam afirmar que a empresa de fato funcionava naquele local (fl. 121).





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

estaduais⁷, devendo o órgão ambiental realizar o procedimento cabível para autuação da empresa (a respeito do procedimento, confira-se o Capítulo 2.3 desta manifestação).

2.2. Do exercício de atividade em estabelecimento sem respectiva licença ou autorização: conduta infracional tipificada no artigo 64, da Lei Estadual nº 3.467/2000

O licenciamento constitui importante instrumento de gestão do ambiente, na medida em que, através dele, a Administração busca exercer o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais, de forma a compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação do equilíbrio ecológico⁸.

Conforme ensina Édis Milaré, o licenciamento deve ser entendido como se fosse um compromisso estabelecido entre o empreendedor e o Poder Público:

De um lado o empresário se compromete a implantar e operar a atividade segundo as condicionantes constantes dos alvarás de licença recebidos e, de outro lado, o Poder Público lhe garante que durante o prazo de vigência da licença, obedecida suas condicionantes, em circunstâncias normais, nada mais lhe será exigido a título de proteção ambiental⁹.

O artigo 5º do Decreto Estadual nº 44.820/2014 – que dispõe sobre o sistema de licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro – define licenças ambientais como *“atos administrativos mediante os quais o órgão ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que devem ser atendidas para localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou aqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental”*.

⁷ Art. 76 - Deixar, sem justa causa, de cumprir as regulares intimações dos órgãos ambientais estaduais, nos termos do art. 14 desta Lei: Multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

⁸ MILARÉ, Edis. *Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco*. 7.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 511.

⁹ Ob. Cit. p. 509.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no estado do Rio de Janeiro, complementada pelo Decreto n° 41.628/09¹².

A supracitada norma enquadra a conduta de “fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras e serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais” como infração ambiental, tipificada no artigo 64 da Lei Estadual n. 3.467/00¹³.

Pelo exposto, considerando as alegações constantes no RV n° 430/2018, e com base no art. 25¹⁴, do Decreto Estadual n° 41.628/09¹⁵, sugerimos que o presente processo administrativo seja remetido à Diretoria de Pós-Licença (“DIPOS”), a fim de que seja realizada nova apuração in loco na edificação não licenciada, em Macaé, com vistas à autuação da empresa, nos termos que se demonstrará a seguir.

2.3. Do procedimento cabível e das medidas aplicáveis

A partir da vistoria in loco por este órgão ambiental, caso seja efetivamente apurado cometimento de infração administrativa, deve-se lavrar em face da infratora respectivo Auto de Constatação, que deverá conter todos os requisitos constantes do artigo 12, §único, da

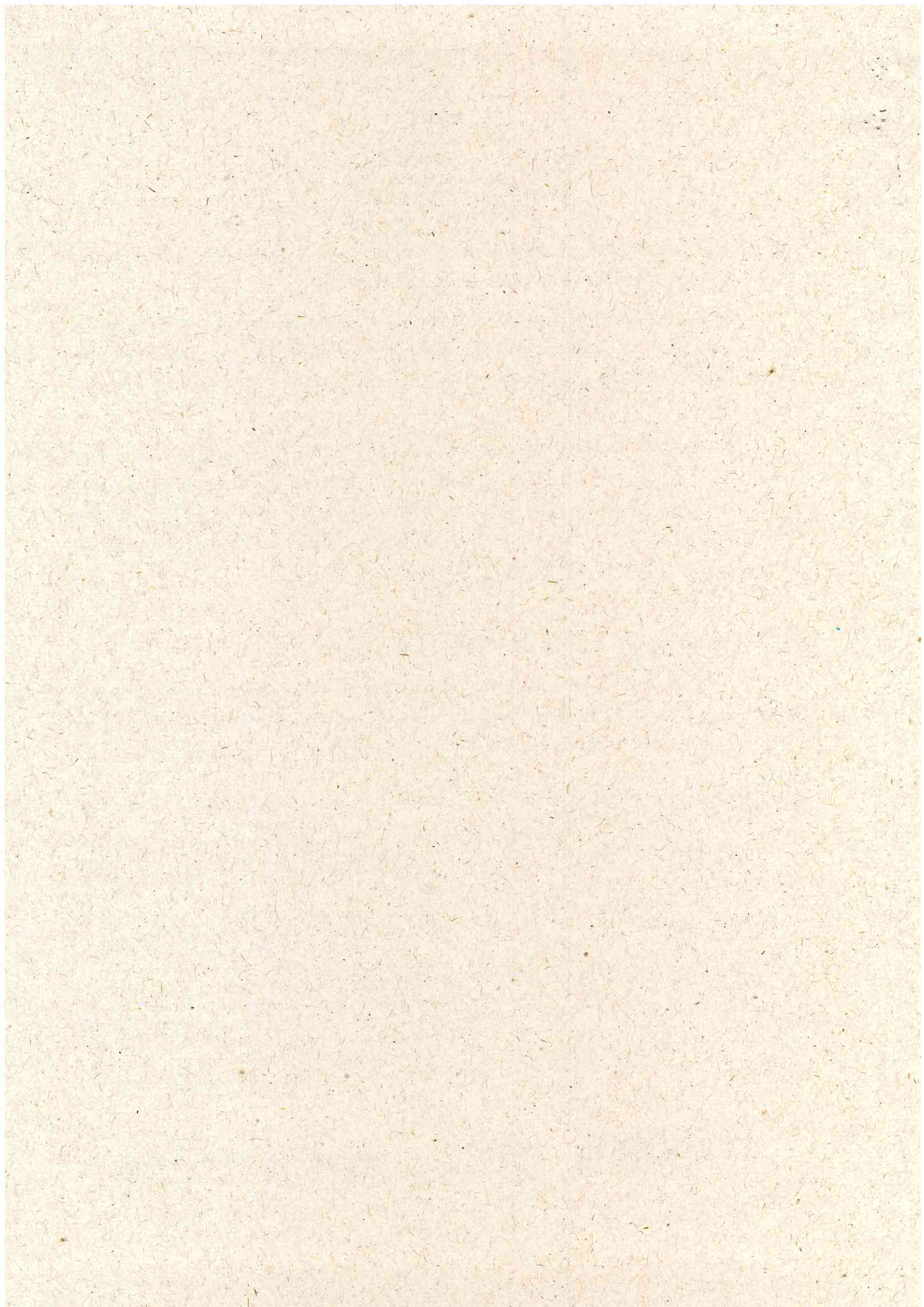
¹² Estabelece a estrutura organizacional do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, criado pela Lei n° 5.101, de 04 de outubro de 2007, e dá outras providências.

¹³ Art. 64. Iniciar obras ou atividade, construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

¹⁴ Art. 25- Compete à Diretoria de Pós-Licença: I - Orientar e coordenar, hierárquica e tecnicamente, os servidores com a competência de exercício das atividades de fiscalização, acompanhamento da pós-licença e de controle da poluição ambiental, mediante a adoção de medidas de polícia, cautelares e lavratura de autos de constatação e de infração; II – Definir diretrizes, planejar e coordenar ações conjuntas de fiscalização com outras unidades administrativas do INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e, se for o caso, com entidades externas para o cumprimento dos objetivos das políticas de controle ambiental, recursos florestais e recursos hídricos; III – Coordenar e executar ações de acompanhamento de atividades licenciadas, verificando o cumprimento das condições de validade estabelecidas; IV – Proceder à fiscalização ambiental, por meio de emissão de autos de constatação e lavratura de autos de infração, em razão da prática das infrações previstas em lei (...).

¹⁵ O Decreto Estadual n. 41.628/09 estabelece a estrutura organizacional do INEA e complementa a Lei Estadual n° 3.467/00.







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

2.3.1. Da eventual necessidade de suspensão das atividades

Caso seja verificado, no imóvel não licenciado, eventual necessidade de suspensão das atividades, se estas ainda estiverem sendo realizadas, cumpre destacar, a seguir, os termos do Parecer nº 14/2019 – GTA, lavrado pelo Dr. Guilherme Teixeira Araujo – assessor jurídico desta Procuradoria -, que aborda, de maneira clara, sobre o correto procedimento da apuração administrativa da suspensão da atividade como (i) sanção definitiva ou como (ii) medida cautelar, que não se confundem, visto que possuem natureza e objetivos distintos. Neste sentido é o entendimento de Fábio Medina Osório:

O poder administrativo de polícia assume, não raramente, feições e funcionalidades ligadas instrumentalmente à proteção cautelar de direitos que, do ponto de vista processual, são resguardados por norma proibitiva e respectivas sanções, tudo no bojo do Direito Administrativo.

Daí porque, se é certo desvincular, teoricamente, Direito Sancionador e poder de polícia (cautelar), porquanto ambos possuem regimes jurídicos distintos. Não menos certo reconhecer o íntimo parentesco entre tais institutos, cujas conexões remontam às origens do Direito Punitivo e do Estado de Polícia, concluindo na constitucionalização dos direitos fundamentais e na expansão dos mecanismos estatais de proteção desses direitos.²⁰

(grifou-se)

A aplicação da **sanção administrativa** decorre tão-somente do cometimento de um ato ilícito constatado pela autoridade competente, tendo natureza de ato punitivo do Estado. Curt Threnepohl²¹ diz que a sanção *é um mal ou castigo aplicado pela Administração, por seus efeitos aflitivos, com alcance geral e potencialmente para o futuro.* Vale ressaltar que o rito processual apuratório da sanção é o rito ordinário, respeitando-se, assim, o contraditório e a ampla defesa do autuado, conforme se verificará no Capítulo 2.3.1.a.

providência cautelar aludida, o agente fiscalizador, sob pena de infração disciplinar grave, comunicará o fato a seu superior imediato para que este dê ciência ao diretor competente do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, ou a seu Conselho Diretor, nos casos de sua competência, a fim de que, fundamentadamente e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, seja suspensa ou ratificada a medida.

²⁰ ÓSORIO, Fábio Medina. *Direito administrativo sancionador*. 3ª Ed. São Paulo: RT, 2007, p. 99.

²¹ THRENEPOHL, Curt. *Infrações contra o Meio Ambiente*. 2ª Ed., Editora Fórum. 2013, p. 65.



inea instituto estadual
do ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

uma primeira [sanção].” Não é possível, portanto, a imposição de nova sanção pelo mesmo fato²².

(grifou-se)

Desse modo, o agente fiscalizador deve-se atentar ao fato de que, caso suspenda as atividades da empresa com base no art. 64, aplicando-a como sanção – ou seja, nos moldes do §7º do artigo 2º da Lei Estadual nº 3.467/00 -, não poderá, com base no mesmo fundamento, aplicar qualquer outra sanção, como a multa administrativa, por exemplo.

Ademais disso, ao optar pela sanção de suspensão, deve-se ter em vista o **princípio da proporcionalidade** - introduzido como parâmetro a ser observado por força de Lei, com a disposição do §2º do artigo 22²³ da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, incluído pela Lei nº 13.655/2018 -, segundo o qual “na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente”.

Luís Roberto Barroso²⁴ define o **princípio da proporcionalidade** como uma análise acerca da relação de custo e benefício que se extrai da ponderação entre os danos causados e os resultados obtidos, que se traduz na apreciação de três requisitos: (i) da adequação, que exige que as medidas adotadas pelo Poder Público se mostrem aptas a atingir os objetivos pretendidos; (ii) da necessidade ou exigibilidade, que impõe a verificação da inexistência de meio menos gravoso para atingimento dos fins visados; e (iii) da proporcionalidade em sentido estrito, que é a ponderação entre o ônus imposto e o benefício trazido, para constatar se é justificável a interferência na esfera dos direitos dos cidadãos.

²² MELLO, Rafael Munhoz de. Princípios constitucionais de Direito Administrativo Sancionador: as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros, 2007.

²³ Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

²⁴ BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e Aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, p.209.



inea instituto estadual
do ambiente



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

PENA IMPOSTA À PESSOA JURÍDICA. PRAZOS DO ARTIGO 109 DO CÓDIGO PENAL. ART. 55 DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS. DOLO. ART. 54, § 2º, INCISO V, DA LEI 9.605/1998. CRIME DE PERIGO. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. PESSOA JURÍDICA. SUSPENSÃO TOTAL DAS ATIVIDADES. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. PENA DE MULTA. APELAÇÃO DEFENSIVA PARCIALMENTE PROVIDA. (...) 9. Há que se considerar que a suspensão total das atividades é medida que atinge diretamente os trabalhadores da empresa e a sociedade como um todo, gerando efeitos econômicos e sociais negativos. Se por um lado tais argumentos não devem ser usados para impedir a eventual aplicação de tais penas, por outro, a aplicação dessas sanções só deve ocorrer quando a gravidade em concreto do caso assim demande, analisando-se a proporcionalidade entre o dano causado ao meio ambiente e o perigo ao bem jurídico tutelado com a pena imposta. (...) 13. Apelação de WALTER LUONGO e PEDREIRA SANTANA LTDA. parcialmente provida para substituir a pena de suspensão de atividades desta por pena de prestação de serviços à comunidade, e afastar a cominação de pena de multa do crime tipificado no art. 54, § 2º, inciso V, da Lei de Crimes ambientais, reduzindo a pena de multa definitiva da PEDREIRA SANTANA LTDA. para 11 (onze) dias-multa, mantendo-se, no mais, a sentença a quo.
(grifou-se)

Uma vez imputada a sanção de suspensão, utilizando-se do princípio da proporcionalidade, insta dispor sobre o procedimento administrativo de apuração desta sanção, que será ordinário, ou seja, aquele previsto no Capítulo II da Lei 3.467/2000. Isto significa que, antes da sanção se tornar definitiva, deve ser respeitada a ampla defesa do autuado, até a decisão final administrativa, como ocorre na apuração das demais sanções administrativas (p. ex. multa e advertência).

Este entendimento é firme nos tribunais pátrios. Confira decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ²⁸:

RECUSO ESPECIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. SANÇÃO ADMINISTRATIVA. SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES. FISCALIZAÇÃO. AUSÊNCIA DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. APELAÇÃO. FISCALIZAÇÃO

(...) no exercício de seu Poder de Polícia, o dever de fiscalização da atividade de extração de areia, pode intervir na atividade individual em prol de um interesse coletivo, com aplicação das sanções administrativas, de

²⁸ STJ - REsp: 18370/MS 2012/0069521-0, Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 30/04/2018.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

É cediço nesta Procuradoria que o art. 26 da Lei Estadual nº 3.647/00 deve ser interpretado no sentido de que o efeito suspensivo dos recursos administrativos deve ser a regra não somente em relação às multas, mas também às demais sanções.

Em outras palavras, a autoridade fiscalizadora não poderá impedir a execução das atividades do autuado, durante o regular processo administrativo, mas somente após o esgotamento de seus meios de defesa (impugnação e recurso).

2.3.1.b. Do procedimento administrativo de aplicação da medida cautelar

No que se refere à aplicação da **medida cautelar administrativa**, conforme dito anteriormente nesta manifestação, sua efetivação se dá imediatamente, ou seja, antes da abertura do contraditório e a ampla defesa, quando a autoridade competente constata a ocorrência de significativo dano, ou preventivamente, quando da iminência de um dano de difícil reparação. É, portanto, o mecanismo de frenagem que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual até o seu restabelecimento.

A doutrina majoritária entende que, para a aplicação da medida cautelar, a autoridade competente deve atender a 03 (três) regras, quais sejam, necessidade, proporcionalidade e eficácia. Sobre o tema, assinala Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Há que se assinalar, contudo, que um dos princípios inerentes à polícia administrativa, reconhecido praticamente à unanimidade pela doutrina, é o da **proporcionalidade dos meios aos fins** (...). Significa que deve haver uma relação necessária entre a limitação ao direito individual e o prejuízo a ser evitado (...).

de advertência, multas e apreensão; II - pelo CONSELHO DIRETOR, no caso dos autos de infração lavrados no caso de imposição de destruição ou inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total das atividades, interdição do estabelecimento e restritiva de direitos, e demais sanções previstas em lei. (Alterado pelo Decreto nº 46.037 de 05 de julho de 2017)

Art. 61 - Da decisão que apreciar a impugnação formulada contra os autos de infração caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 15 dias, que será apreciado e decidido: I - pelo Conselho Diretor, no caso das decisões proferidas pelo Diretor de Pós-licença; (Alterado pelo Decreto nº 46.037 de 05 de julho de 2017) II - pela CECA, no caso das decisões proferidas pelo Conselho Diretor.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Como bem observado por Bessa Antunes, qualquer equívoco na aplicação do ato de polícia pode desvirtuar a ordem pública ambiental. Assim, para que isso não ocorra, a máxima cautela do agente fiscalizador é imprescindível no momento da apuração do ilícito ambiental.

A aplicação da medida cautelar, por ter efetividade imediata e postergação da ampla defesa do administrado, deve ser aplicada somente quando a ilegalidade constatada, de fato, causar risco à saúde da população ou significativo dano ambiental. A pura e simples violação da legislação ambiental não enseja a aplicação da medida cautelar, por não ser proporcional ao dano.

Conforme estabelece o § 2º do art. 29, a decisão administrativa produzirá **efeito imediato**³², ou seja, verificada a ocorrência ou iminência de significativo risco à saúde da população ou de degradação ambiental de difícil reparação, e respeitado o já referido princípio da proporcionalidade, deverá a autoridade fiscalizadora lavrar o Auto de Constatação com Medida Cautelar no intuito de paralisar, imediatamente, a atividade da atuada até decisão da autoridade competente.

O § 3º do art. 29 aduz que após a aplicação da medida cautelar deverá o agente fiscalizador comunicar o fato a seu superior imediato para que este dê ciência ao Diretor competente do Instituto ou ao Conselho Diretor do INEA – CONDIR, a fim de que no prazo de 60 (sessenta) dias a medida seja suspensa ou ratificada por meio da expedição do Auto de Infração³³.

³² Art. 29 - Em qualquer fase do processo administrativo, ou antes que este seja instaurado, os agentes de fiscalização dos órgãos ambientais estaduais poderão impor, cautelarmente, as medidas previstas nos incisos IV, VI, VII, VIII e IX do Art. 2º, quando constatarem a ocorrência ou a iminência de significativo risco à saúde da população ou de degradação (...)

§ 2º - A decisão produzirá efeito de imediato e vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

³³ § 3º - Intimado o infrator da providência cautelar aludida, o agente fiscalizador, sob pena de infração disciplinar grave, comunicará o fato a seu superior imediato para que este dê ciência ao diretor competente do





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

9. Assim, consoante o que dispõe o art. 45 da Lei 9.784/1999, nada impede, aliás é de rigor - desde que presentes os requisitos legais ("risco iminente") e cumpridos os procedimentos formais ("motivadamente") -, que a Administração, juntamente com o auto de infração (multa) e sem prévia manifestação do interessado (inaudita altera parte), resguardado, para o futuro, o espaço dialético de defesa e prova, lavre termo de embargo, apreensão e depósito. Ela o faz como medida acautelatória de evidências e do interesse público contra a possibilidade de continuação da conduta ilícita ou de exacerbação tanto do risco de dano futuro, como de degradação já acontecida. [...] 15. Recurso Especial provido. (grifou-se)

Verifica-se que o prazo para impugnação da medida cautelar aplicada só será aberto após a lavratura do devido Auto de Infração pela autoridade competente, nos termos do art. 24-A da Lei Estadual nº 3.467/00³⁵.

Assim como na apuração das demais infrações ambientais, o prazo para impugnação ao Auto de Infração da Medida Cautelar também é de 15 (quinze) dias, com possibilidade, ainda, da interposição do recurso administrativo contra a decisão de indeferimento da impugnação.

Vale ressaltar que o efeito do Auto de Infração de Medida Cautelar se mantém estável até que a autuada comprove o restabelecimento da legalidade ambiental, exaurindo-se, portanto, após decisão motivada da autoridade competente. A competência da autoridade julgadora, de acordo com os artigos 60 e 61 do Decreto 41.628/2009, cabe ao CONDIR decidir a impugnação e à CECA o recurso administrativo.

2.3.2. Da possibilidade de aplicação da sanção administrativa em conjunto com medida cautelar

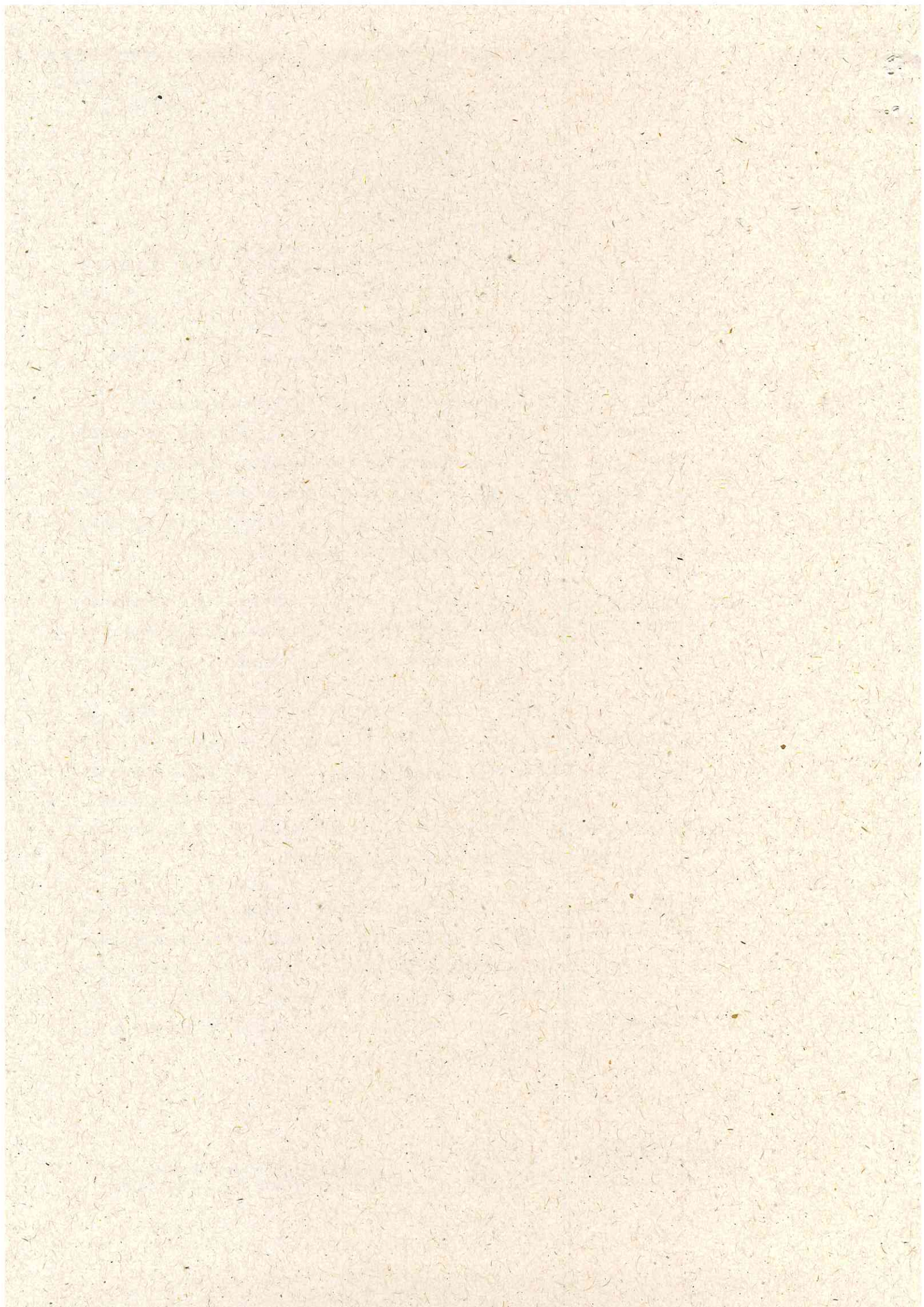
³⁵ Art. 24-A - Contra o auto de infração poderá ser interposta impugnação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da ciência da autuação.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

- (ii) É possível afirmar que a empresa praticou conduta infracional tipificada no art. 76, da Lei Estadual nº 3.467/00, qual seja, *“deixar, sem justa causa, de cumprir as regulares intimações dos órgãos ambientais estaduais”*, devendo o órgão ambiental realizar o procedimento cabível para autuação da empresa;
- (iii) Considerando ainda que a EFRAIM, ao exercer suas atividades em local *“que não atende os requisitos legais e que não possui qualquer tipo de licença ambiental”* (fl. 123), estaria praticando conduta infracional tipificada no art. 64, da Lei Estadual nº 3.467/00, qual seja, *“fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras e serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais”*;
- (iv) Sugerimos que o presente processo administrativo seja remetido à Diretoria de Pós-licença (“DIPOS”), a fim de que seja realizada nova apuração *in loco* na edificação não licenciada, em Macaé, com vistas à autuação da empresa;
- (v) Caso o corpo técnico se depare, em vistoria, com a continuidade da operacionalização das atividades no imóvel não licenciado, sugere-se que seja verificada a necessidade de suspensão dessas atividades, conforme estabelece o art. 7º, §2º, da Lei Estadual nº 3.467/2000 - hipótese em que a suspensão será aplicada como sanção, ou nos termos do art. 29 da referida lei – hipótese em que a suspensão terá caráter cautelar;
- (vi) O §7º do artigo 2º da L.3467/00 dispõe que a **sanção** de suspensão das atividades deve ser aplicada quando uma atividade não estiver obedecendo às prescrições legais ou regulamentares. No entanto, como visto acima, ressalta-se que não é qualquer desobediência à legislação ambiental, mas uma desobediência relevante e proporcional à sanção aplicada, tendo em vista os efeitos que podem causar a decisão final administrativa;







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

VISTO

1. Aprovo o Parecer 14/2019-ABA, da lavra da Dra. Arianne Baars de Arruda Botelho, referente ao Processo Administrativo nº. E-07/002.16059/2014;
2. À SUPGER, com vistas à DIPOS.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

Rafael Lima Daudt D'Oliveira

Procurador do Estado

Procurador-Chefe do INEA

ID. Funcional: 42666058



inea instituto estadual
do ambiente

